

Servidores do DNIT do Maranhão rejeitaram proposta do governo de reajuste e adequação do PCC

Servidores do DNIT do Maranhão rejeitaram por ampla maioria em assembleia realizada hoje, 14, a proposta do governo de reajuste salarial e adequação do plano de cargos e carreira para a categoria.

O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) havia dado o prazo para as entidades representativas dos servidores – Sindicatos ligados à Condsef/Fenadsef – para que até sexta-feira, 16 de agosto, fizessem assembleias nos estados para que a categoria discutisse e deliberasse sobre a proposta encaminhada pelo governo.

“Nós apresentamos a proposta aos servidores, fizemos os esclarecimentos e colocamos em votação para que a categoria expusesse a posição da maioria. A maioria do Maranhão decidiu por rejeitar a proposta. Agora vamos encaminhar à Condsef e esperar



o resultado das assembleias nos outros estados para saber a posição geral dos trabalhadores do DNIT”, disse Raimundo Pereira, vice-presidente do Sindsep/MA e diretor executivo da Condsef.

De acordo com a posição do MGI, a Condsef deve enca-

minhar a resposta dos servidores até o dia 16, sexta-feira para incluir a proposta no orçamento de 2025, e as categorias que não aceitarem a proposta ficarão de fora da Lei orçamentária e não poderão ter reajuste em 2025.

Condsef/Fenadsef provoca MGI pelo cumprimento de acordo da Funai

Nessa terça-feira, 13, a Condsef/Fenadsef protocolou ofício no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para cobrar o cumprimento de cláusula que consta do acordo assinado no final de outubro da Carreira Indigenista, PEC Funai e Quadro Suplementar. A cláusula sexta do termo de acordo, um dos primeiros firmados com o MGI, assegura que as tabelas seguirão os mesmos percentuais das tabelas remuneratórias das carreiras do meio ambiente.

No ofício a Condsef/Fenadsef solicita que o MGI informe de que forma os novos



percentuais serão aplicados, considerando que a divisão da GAPPIN por bandas de localização (I, II e III) aproximou as tabelas de remuneração das carreiras da Funai e do meio ambiente, em substituição ao critério de qualificação (GQs).

A entidade ainda cobra

que o MGI envie as novas tabelas remuneratórias da Carreira Indigenista, do Plano Especial de Cargos da Funai e do Quadro Suplementar que serão incorporadas ao PL que será remetido ao Congresso até o final do mês de agosto.

Condsef/Fenadsef



CUT lança Carta Compromisso para que candidatos defendam a pauta dos trabalhadores

Com oito pontos que abrangem direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada e de servidores e servidoras públicos, a CUT lançou uma “Carta Compromisso” direcionada aos candidatos e candidatas a vereadores e prefeitos para as próximas eleições, que serão realizadas em outubro deste ano. No texto a ser assinado pelos candidatos e/ou candidatas estão os oito compromissos que compreendem desde geração de emprego e renda como a valorização dos servidores públicos a coibir assédios, entre outros. Veja abaixo.

A presidenta interina da CUT Nacional, Juvandia Moreira, ressalta a necessidade de que os trabalhadores e dirigentes sindicais votem em quem tem compromisso com a defesa dos direitos trabalhistas e em ações que gerem emprego e renda visando o bem-estar da população. Ela defende ainda a participação da entidade nos debates que interessam à toda a sociedade, especialmente aos trabalhadores e às trabalhadoras.

Segundo ela, essas propostas precisam ser divulgadas e implementadas pelos governos federal, estadual e municipal e, foi o que ocorreu em 2022, após a plataforma da classe trabalhadora ser entregue pela CUT ao presidente Lula que, inclusive, já implementou vários pontos da proposta.

“É preciso fazer esse debate em todos os fóruns possíveis. As eleições são um espaço importantíssimo. Quando nós, quando da

eleição do governo federal, discutimos com o presidente Lula a importância da política de valorização do salário mínimo, o reajuste salarial do servidor público, a ampliação da isenção do imposto de renda e a retomada Ministério do Trabalho. Tudo isso foi discutido na campanha eleitoral, para que o trabalho tenha uma centralidade”, conta Juvandia.

A dirigente destaca o papel do servidor público para a sociedade e sobre a necessidade de valorização da categoria, principalmente nos municípios em que há servidores ganhando salários muito baixos, em condições de trabalho precarizadas.

Outro ponto que precisa de atenção nessas eleições, segundo Juvandia, é a qualidade de vida das pessoas e como elas são acolhidas, afinal é nos municípios que elas vivem, seja o trabalhador da ativa, seja o aposentado

Confira os oito compromissos defendidos pela CUT

1. Implementar as diretrizes e regras da Convenção 151 da OIT, assegurando o direito efetivo de negociação coletiva às entidades sindicais representativas dos servidores e das servidoras municipais, bem como dos trabalhadores e das trabalhadoras das empresas públicas e autarquias eventualmente existentes no município, visando assegurar condições de trabalho e remuneração decentes.
2. Realizar concursos públicos em todas as áreas.
3. Criar instrumentos eficazes para

coibir práticas de assédio moral, sexual e discriminações de gênero, racial, de orientação sexual e capacitistas.

4. Cumprir com as obrigações previdenciárias a fim de garantir a segurança dos servidores e servidoras na aposentadoria.
5. Estabelecer e manter permanente diálogo social com entidades representativas dos servidores e das servidoras municipais, de trabalhadores e trabalhadoras de empresas públicas e autarquias, inclusive de empresas terceirizadas, quando estas não respeitarem os direitos trabalhistas e previdenciários.
6. Respeitar e assegurar condições objetivas para o exercício das atividades sindicais aos e às dirigentes, assegurando as liberações solicitadas, a garantia de emprego, bem como o acesso aos locais de trabalho.
7. Implementar programas de qualificação e atualização profissional, voltados a atender as necessidades dos servidores e das servidoras em face do impacto das transformações tecnológicas, dentre elas o uso da Inteligência Artificial.
8. Desenvolver iniciativas políticas de industrialização para gerar empregos decentes e renda no município.

Fonte: www.cut.org.br/noticias
Clique aqui para baixar a Carta Compromisso.